

*A tradição da família de dona Belinha
no cultivo do feijão abafado*

Povoado do Lago do Sigismundo, Esperantinópolis, MA

Roberto Porro
Aline Souza Nascimento
Anny da Silva Linhares
Ronaldo Carneiro de Sousa
Yumi Maria Biagini



**Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
Embrapa Recursos Genéticos e Biotecnologia
Embrapa Amazônia Oriental
Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
Associação em Áreas de Assentamento no Estado do Maranhão**

Mestres do Agroextrativismo no Mearim
Volume 6

***A tradição da família de dona Belinha
no cultivo do feijão abafado***

Povoado do Lago do Sigismundo,
Esperantinópolis, MA

*Roberto Porro
Aline Souza Nascimento
Anny da Silva Linhares
Ronaldo Carneiro de Sousa
Yumi Maria Biagini*

Embrapa
Brasília, DF
2020

Embrapa Recursos Genéticos e Biotecnologia

Parque Estação Biológica (PqEB)
Av. W5 Norte (final)
70770-917 Brasília, DF
Fone: (61) 3448-4700
Fax: (61) 3340-3624
www.embrapa.br/fale-conosco/sac/

Embrapa Amazônia Oriental

Trav. Dr. Enéas Pinheiro, s/n°
Caixa postal 48
66095-903 Belém, PA
Fone: (91) 3204-1000
Fax: (91) 3276-9845

Unidade responsável pelo conteúdo

Embrapa Recursos Genéticos e Biotecnologia

Comitê Local de Publicações
Presidente
Marília Lobo Burle

Secretária-executiva
Ana Flávia do N. Dias Côrtes

Membros

Antonieta Nassif Salomão; Bianca Damiani Marques; Diva Maria Alencar Dusi; Francisco Guilherme V. Schmidt; João Batista Teixeira; João Batista Tavares da Silva; Maria Cléria Valadares-Ingliš; Rosameres Rocha Galvão; Tânia da Silveira Agostini Costa

Editores técnicos da coleção
Roberto Porro
Anderson Cássio Sevilha

Embrapa

Parque Estação Biológica (PqEB)
Av. W3 Norte (final)
70770-901 Brasília, DF
Fone: (61) 3448-4236
Fax: (61) 3448-2494
www.embrapa.br

Unidade responsável pela edição

Embrapa, Secretaria-Geral

Coordenação editorial
Alexandre de Oliveira Barcellos
Heloiza Dias da Silva
Nilda Maria da Cunha Sette

Supervisão editorial
Waldir Aparecido Marouelli

Revisão de texto
Maria Cristina Ramos Jubé
Lara Aliano Farias da Silva Pereira

Normalização bibliográfica
Ana Flávia do N. Dias Côrtes
Rejane Maria de Oliveira (CRB-1/2913)

Projeto gráfico e ilustrações
Sílvia Moan

Diagramação e arte-final da capa
Carlos Eduardo Felice Barbeiro

1ª edição

1ª impressão (2020): 500 exemplares

Todos os direitos reservados

A reprodução não autorizada desta publicação, no todo ou em parte, constitui violação dos direitos autorais (Lei n° 9.610).

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

Embrapa Recursos Genéticos e Biotecnologia

A tradição da família de dona Belinha no cultivo do feijão abafado : Povoado do Lago do Sigismundo, Esperantinópolis, MA / Roberto Porro ... [et al.]. – Brasília, DF : Embrapa, 2020. 58 p. : il. ; 16 cm × 22 cm. – (Mestres do agroextrativismo no Mearim, 6)

ISBN 978-65-87380-01-8 (obra compl.). – ISBN 978-65-86056-91-4 (v. 6)

1. Médio Mearim. 2. Extrativismo sustentável. 3. Manejo. 4. Boas práticas. 5. Agricultura familiar. I. Porro, Roberto. II. Nascimento, Aline Souza. III. Linhares, Anny da Silva. IV. Sousa, Ronaldo Carneiro de. V. Biagini, Yumi Maria. VI. Embrapa Recursos Genéticos e Biotecnologia. VII. Coleção.

CDD (21 ed.) 630.5

Autores

Roberto Porro

Engenheiro-agrônomo, doutor em Antropologia Cultural, pesquisador da Embrapa Amazônia Oriental, Belém, PA

Aline Souza Nascimento

Cientista social, mestranda da Universidade Federal do Pará, Belém, PA

Anny da Silva Linhares

Turismóloga, mestre em Agriculturas Familiares e Desenvolvimento Sustentável, coordenadora da Comissão de Territórios Tradicionais do Instituto de Colonização e Terras do Maranhão, São Luís, MA

Ronaldo Carneiro de Sousa

Técnico em agropecuária, assessor da Associação em Áreas de Assentamento no Estado do Maranhão, Pedreiras, MA

Yumi Maria Biagini

Engenheira-agrônoma, mestre em Desenvolvimento Agrícola e Rural, técnica da Parc Naturel Régional des Alpilles, Cadenet, França







Agradecimentos

Agradecemos o apoio institucional e financeiro concedido pela Associação em Áreas de Assentamento no Estado do Maranhão (Assema), Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa) e Fundo Global para o Meio Ambiente (GEF).

Aos diretores e técnicos da Assema, que apoiaram a produção desta coleção, e especialmente às famílias que compartilharam conosco valiosas informações.

A todos aqueles que contribuíram na edição dos 30 volumes da coleção, especialmente à equipe de editoração da Embrapa. O apoio e engajamento de Nilda Sette e Waldir Marouelli foram fundamentais. E também ao Cláudio Quinto Filho, da Assema, e Renan Matias, do projeto Bem Diverso, pela elaboração dos croquis dos estabelecimentos rurais.

Esperamos que as publicações geradas contribuam para dar visibilidade aos objetivos de desenvolvimento e bem-estar das comunidades agroextrativistas do Território do Médio Mearim, no estado do Maranhão.





Apresentação

Promover o desenvolvimento local e conservar a biodiversidade brasileira é um dos objetivos do projeto Bem Diverso, implementado pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (Pnud) e coordenado pela Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa) com recursos do Fundo Global para o Meio Ambiente (GEF). Com foco nesse objetivo, foi elaborada uma coleção de 30 publicações, intitulada Mestres do Agroextrativismo no Mearim, em parceria com a Associação em Áreas de Assentamento no Estado do Maranhão (Assema).

As publicações trazem experiências e iniciativas locais consideradas bem-sucedidas no manejo sustentável da agricultura e do extrativismo da palmeira babaçu (*Attalea speciosa* Mart. ex Spreng.).

A apresentação dessas experiências nesta coleção, realizada em conjunto pela Embrapa Recursos Genéticos e Biotecnologia e a Embrapa Amazônia Oriental, marca mais uma etapa do trabalho desenvolvido pelas Unidades no projeto Bem Diverso, e reúne capacidades técnicas de inovação em biomas tão importantes como a Amazônia, o Cerrado e a Caatinga, que se cruzam no Território da Cidadania do Médio Mearim.

Tendo como base as iniciativas para o manejo sustentável da palmeira babaçu, a coleção aborda temas como reflorestamento, sistemas agroflorestais e cultivos perenes diversificados para restauração de áreas degradadas; cultivos anuais intensificados sustentáveis que demandam menos mão de obra e/ou menos área; cultivos anuais tradicionais com menor impacto ambiental; comercialização de hortaliças produzidas de forma sustentável; pecuária em pastagens produtivas integradas em babaçuais; inovações na criação de pequenos animais; processamento local de frutas, mandioca ou leite e processamento do babaçu para produção de azeite, carvão, mesocarpo e confecção de artesanato.

Essa diversidade de temas mostra que estabelecer parcerias, como esta entre a Embrapa e diversas entidades, valoriza o trabalho de centenas de famílias agroextrativistas que realizam atividades exitosas no manejo sustentável e ajuda a manter e divulgar os princípios que são tão caros para a unidade familiar de produção, preservando o passado e antecipando o futuro, com os saberes tradicionais e as tecnologias de ponta em um só compasso.

Maria Cléria Valadares-Inglis
Chefe-Geral da Embrapa Recursos
Genéticos e Biotecnologia





Prefácio

Mais de 130 mil pessoas vivem na área rural do Território do Médio Mearim, sobretudo agricultores familiares, assentados e comunidades quilombolas. O Médio Mearim encontra-se numa zona de transição entre a Amazônia, o Cerrado e a Caatinga. Ao longo dos anos, o território perdeu boa parte da sua cobertura florestal nativa, por conta do desmatamento para formação de pastagens e agricultura extensiva. A palmeira babaçu (*Attalea speciosa* Mart. ex Spreng.), que sempre esteve presente na rica composição da vegetação originária que cobria o território, passou a dominar a paisagem em sucessão, tornando-se a espécie florestal predominante, cobrindo vastas áreas chamadas de babaçuais, que se tornaram a base do sustento de milhares de famílias no Médio Mearim.

Por essa razão, as comunidades lutam pela proteção das palmeiras, que sofrem pressão graças à tendência de sua eliminação por pecuaristas. Essa luta é protagonizada principalmente por mulheres, as quebradeiras de coco, que, além de coletar e processar o coco-babaçu, se organizam em movimentos sociais para garantir o acesso livre aos babaçuais, tanto em áreas públicas como privadas.

No início de 2017, a Associação em Áreas de Assentamento no Estado do Maranhão (Assema) iniciou




uma parceria com a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa) e o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (Pnud), por meio do projeto Bem Diverso, para viabilizar a disseminação e replicabilidade de boas práticas de manejo agroextrativista realizadas no Território da Cidadania do Médio Mearim, Maranhão.

Um dos objetivos da atividade consistia em reconhecer e dar visibilidade ao esforço concreto do dia a dia das famílias agroextrativistas da área de atuação da Assema.

Com base em processo conduzido pela Assema, foram selecionadas 30 famílias entre as unidades produtivas agroextrativistas, em nove municípios do território. A seleção levou em conta o destaque das famílias na condução de uma ou mais das seguintes atividades: 1) reflorestamento, sistemas agroflorestais e cultivos perenes diversificados para restauração de áreas degradadas e conservação da biodiversidade; 2) cultivos anuais intensificados sustentáveis que demandam menos mão de obra e/ou menos área; 3) cultivos anuais tradicionais com menor impacto ambiental; 4) cultivo comercial de hortaliças; 5) pecuária em pastagens produtivas integradas em babaçuais; 6) inovações na criação de pequenos animais; 7) processamento de frutas, mandioca ou leite; 8) processamento do coco-babaçu para produção de azeite, carvão, mesocarpo e confecção de artesanato.

A sistematização e a apresentação das iniciativas locais bem-sucedidas das famílias selecionadas, no manejo sustentável da agricultura e do extrativismo da palmeira babaçu, bem como os principais componentes do modo de vida de unidades familiares de produção no Médio Mearim são apresentados nos 30 volumes da coleção. Cada publicação retrata, portanto, o trabalho muito mais amplo realizado por centenas de famílias no território.




Este volume consiste na sistematização das iniciativas e práticas de manejo realizadas no estabelecimento rural da família de dona Filisbela Pereira Lima, no Povoado do Lago do Sigismundo, Esperantinópolis, MA. A família se destaca pelo cultivo do feijão abafado, uma forma de cultivo anual intensificado que demanda menos mão de obra e menos área.

É importante destacar que, em praticamente todos os casos sistematizados, a iniciativa das famílias não se restringe a apenas uma atividade principal. É comum que duas ou três atividades predominantes sejam integradas no estabelecimento rural, onde também são executadas diversas outras atividades complementares.

Em cada caso, identificam-se as dimensões do caráter exitoso observado pela equipe de pesquisadores, técnicos e agentes de desenvolvimento que conduziram este trabalho ao longo de 18 meses, colhendo depoimentos, imagens e gerando textos que poderão ser utilizados em processos de aprendizado e compartilhamento do conhecimento, contribuindo, assim, para a divulgação do esforço desses mestres e mestras do agroextrativismo no Médio Mearim.

Convidamos, assim, leitores e leitoras a conhecer e compartilhar essas histórias.

Raimundo Ermino Neto
Coordenador-Geral da Associação em
Áreas de Assentamento no Estado do Maranhão





Sumário

Breve trajetória **15**

Estabelecimento familiar **19**

Práticas tradicionais no
cultivo do feijão abafado **23**

Meios de vida **31**

Lições aprendidas e desafios **41**

Referências **47**

Foto: Aline Nascimento



Geovane Pereira ao lado da mãe, da esposa e seus dois filhos.



Breve trajetória

Filisbela Pereira Lima é piauiense e chegou ao Maranhão ainda criança, aos 9 anos, acompanhando os pais, que tinham a expectativa de conseguir terras para trabalhar. Nessa época, em 1968, a percepção de muitos retirantes do Semiárido que migraram para o Maranhão era a de que ali havia melhores condições para viver, tendo em vista a riqueza florestal e as terras livres nos vales dos rios como o Mearim, Itapecuru e Pindaré. Entretanto, ao chegar ao povoado de Alegria, no município de Poção de Pedras, os pais de dona Filisbela se depararam com uma realidade diferente da imaginada, pois as condições para acessar a terra foram difíceis, tendo que se submeter a trabalhar no regime de arrendamento.

Geovane Pereira Gomes (35 anos) é o único filho do casamento de dona Filisbela, conhecida como Belinha, e seu Idelberto Alves Gomes, conhecido como Deusinho – cearense de Itapipoca, que, em 1958, migrou para Serra do Aristóteles, no mesmo município de Poção de Pedras, onde viveu por 20 anos. Ambos, porém, já tinham outros filhos quando se uniram, sendo três de dona Belinha, e nove de seu Deusinho. Geovane nasceu no mesmo povoado de Alegria e, em 2014, se casou com Olinda Pereira (27 anos), cearense, com quem possui dois filhos.



Em 1986, 3 anos após o nascimento de Geovane, seus pais se mudaram para o povoado de Lago do Sigismundo, distante 23 km da sede do município de Esperantinópolis, no qual, atualmente, vivem 45 famílias de cinco grupos familiares extensos.

Seu Idelberto trabalhava como encarregado de Manoel Chaves, fazendeiro piauiense, que possuía grande extensão de terras que arrendava para famílias de Lago do Sigismundo cultivarem. No momento em que o produto das roças de dona Belinha e seu Idelberto, combinado com os pagamentos recebidos pelo trabalho para o fazendeiro, começaram a gerar excedentes, o casal passou a investir na criação de gado, formando gradualmente um rebanho, criado nas terras de Manoel Chaves. Em 1994, um conflito em terras próximas a Lago do Sigismundo resultou na desapropriação de Manoel Chaves e na criação do projeto de assentamento Potó, para onde muitas famílias da comunidade se mudaram. Antes da desapropriação, o fazendeiro vendeu parte de suas terras, dentre as quais 300 ha (hectares) que foram adquiridos por seu Idelberto, cuja família não participou do conflito. Para comprar essa área, ele vendeu o rebanho que já chegava a 80 cabeças de gado.

Um ano após o falecimento de seu Idelberto, em 2001, a terra foi repartida entre dona Belinha, que recebeu metade da área, e os dez filhos do falecido, incluindo Geovane, que dividiram a outra metade, cabendo 15 ha a cada um. Como alguns irmãos decidiram vender as terras, Geovane, receoso de que pessoas estranhas adquirissem, vendeu o gado da família novamente e juntou recursos com dona Belinha para manter ao menos parte do patrimônio. Desse modo, comprou quatro lotes, que, somados ao seu e à área de uma das irmãs (que ele cuida), totalizam 90 ha. Dona Belinha, por sua vez, havia vendido 47 ha, restando-lhe, desse modo, 103 ha. No total, portanto, a família ainda mantém o domínio sobre uma área de 193 ha.


Geovane e dona Belinha ainda não possuem o documento da terra desmembrada após o inventário, com a divisão entre os filhos e a compra de uma parte da área dos irmãos. O documento não foi atualizado e, como consequência, eles não podem acessar recursos de crédito rural, pois o documento de posse dos 300 ha não coincide com a área que exploram.

Em Lago do Sigismundo, atualmente, não existe associação de moradores, que, porém, chegou a funcionar no início da década de 1990. A partir de 2012, a família se aproximou da Assema por meio do projeto Quibane, que prestava assistência técnica e capacitação com recursos do então Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). A partir dessa aproximação, Geovane passou a adotar práticas agroecológicas, descartando o uso de agrotóxicos e diversificando sua produção com a implantação de um pomar.



Foto: Aline Nascimento

Residência da família em Lago do Sigismundo, Esperantinópolis.



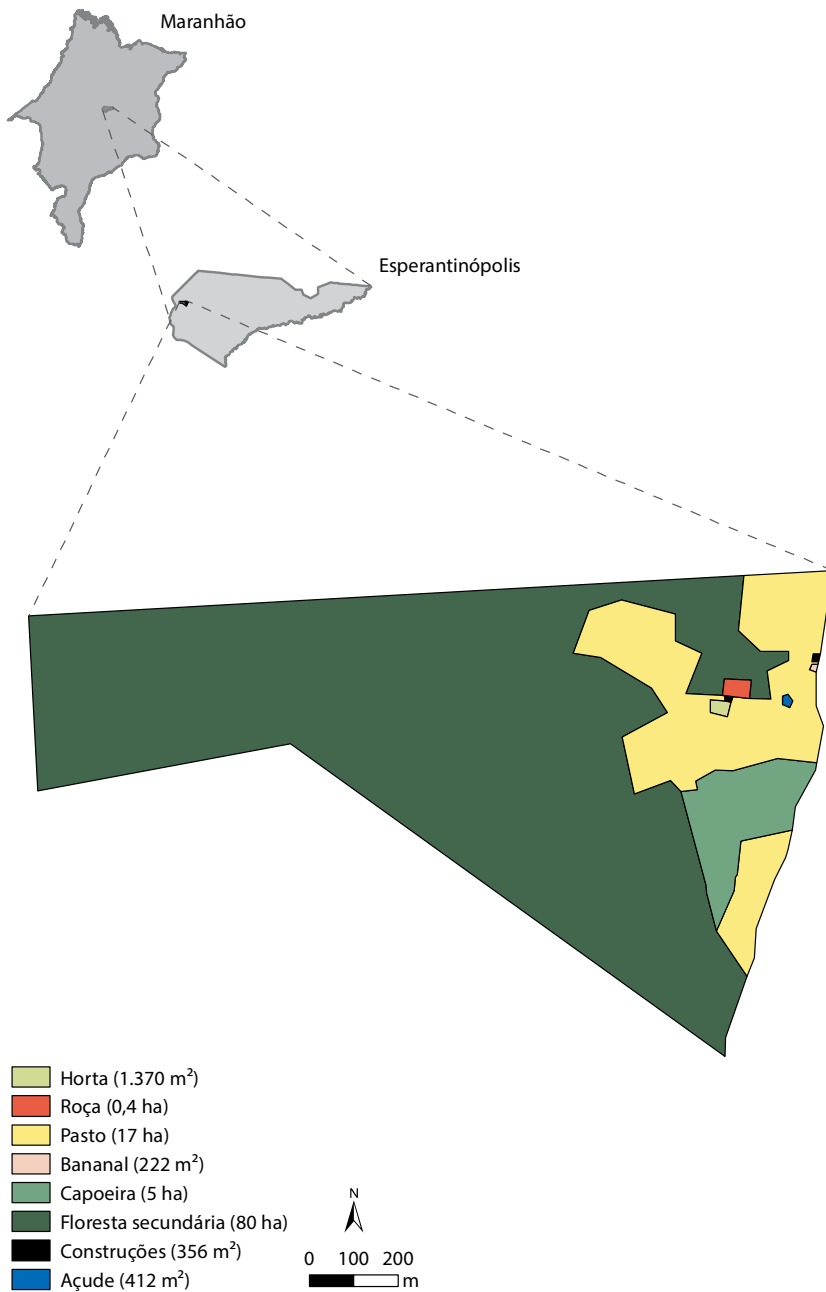
Desde criança, Geovane acompanhou seus pais no trabalho na roça. Como nas comunidades rurais não há uma separação entre espaço de trabalho e de lazer, ele se envolveu nas práticas laborais desenvolvidas ainda menino. Levar os filhos para acompanhá-los na roça era a forma que os pais encontravam para zelar por eles. Mas, no imaginário da criança, a roça era local de recreação. Esse convívio cotidiano funciona como mecanismo de transmissão de conhecimentos entre gerações, e tais momentos constituíram-se numa forma de aprendizado por meio da qual são adquiridas certas habilidades (Thompson, 1998). Foi assim que Geovane aprendeu a técnica do feijão abafado, que adota até o presente.





Estabelecimento familiar

O mapa a seguir ilustra a localização do estabelecimento de dona Belinha e de Geovane: a parte que havia cabido à dona Belinha na época da divisão feita pelo marido e que, atualmente, compreende 103 ha. É na terra da mãe que Geovane desenvolve seu sistema produtivo. O croqui indica que a maior parte da área consiste de 80 ha de floresta secundária, que, há mais de 20 anos, não é derrubada para cultivos. Outros 5 ha são capoeiras com menos de 10 anos. As pastagens compreendem 17 ha formados por capim braquiarião e mombaça; nessa parte do município de Esperantinópolis não ocorre o babaçu. Nesse pasto, é criado o rebanho bovino da família, que, atualmente, é de 17 cabeças, incluindo 5 vacas, 1 touro, além de 8 novilhas e garrotes e 3 bezerros. Cerca de 0,4 ha é dedicada ao cultivo da roça anual. Pequenas áreas são destinadas a um bananal, à horta e a um açude, além das edificações na propriedade, que compreendem a casa, o aprisco para ovinos e um curral para os bovinos. Por fim, a área de roça, indicada no croqui, é onde a família cultiva o feijão abafado.



Localização e croqui do estabelecimento familiar.

Fonte: Adaptado de Associação em Áreas de Assentamento no Estado do Maranhão (2018).



Foto: Aline Nascimento

Geovane ao lado do paiol de arroz em sua roça

A família, em média, cultiva outros 3,2 ha de roça por ano, geralmente localizadas na parte da terra que Geovane adquiriu dos irmãos, que não é ilustrada no croqui. Nessa outra área, os cultivos priorizados são milho consorciado com feijão, e arroz consorciado com mandioca e milho. No ano anterior à entrevista, a produção da família havia chegado a 20 sacos de arroz (1.200 kg), 47,5 sacos de milho (2.850 kg) e cerca de 430 kg de feijão.

Na área da floresta secundária, encontram-se espécies madeiras como pau d'arco, maçaranduba, sapucaia, jatobá e sucupira, enquanto no espaço do quintal é possível identificar frutíferas como laranjeira, cajueiro, mangueira, goiabeira, aceroleira, coqueiro e jaqueira. Desse modo, o estabelecimento familiar apresenta uma área significativa de reserva florestal, ao mesmo tempo que proporciona uma produção diversificada com a qual a família busca suprir suas demandas de produção e consumo.





Práticas tradicionais no cultivo do feijão abafado

Por volta do ano de 1985, o pai de Geovane iniciava seu trabalho com a técnica do chamado feijão abafado. Essa prática tradicional utilizada por camponeses da região pré-amazônica está ligada à ideia, conforme dito por Geovane, de que “o feijão precisa de uma chuva. Até o pessoal costuma dizer que o feijão só precisa de duas águas: uma para nascer e uma para cozinhar”. O sistema do abafado permite a produção de feijão com alta produtividade, além de dispensar o uso tanto de agrotóxicos como do fogo.

Durante o mês de março, procura-se um local com vegetação (capoeira) de 6 ou 7 anos “porque quando a gente abafa na terra mais madura já fica para fazer uma roça e a capoeira estando mole dá mato demais”. Para o plantio, mede-se um quadro com 50 m de cada lado (2.500 m²), onde será implantado o feijão abafado. Num primeiro momento, o mato é roçado com a utilização de um facão em trilhas retas, que são abertas a cada 6 m para permitir a passagem de uma pessoa no meio da vegetação, que ainda permanece fechada. Essas aberturas são chamadas de picadas por Geovane, e





Plantação de feijão abafado cultivada por Geovane.

o padrão usado para medir sua largura é que seja o suficiente para “uma pessoa passar em pé com um balde”, no qual se levam as sementes do feijão.

Por causa da sabedoria popular resultante das experiências vivenciadas cotidianamente, Geovane afirma que “quando está nova, cheia ou crescente, a lua tem um certo poder”. Geovane ressalta ainda que

[...] nós temos o costume de jogar o feijão no domingo. Na sexta a gente não joga porque, segundo as pessoas mais velhas, o feijão amarga. Aqui nós aceira na sexta ou no sábado, e joga no domingo, mas não joga na segunda. Ou você joga terça, quarta ou quinta, ou sábado ou domingo. Se você joga no sábado tem que brocar no domingo, e a gente não trabalha no domingo.



No momento de semeadura, as pessoas vão percorrendo as picadas segurando o balde em uma das mãos e, com a outra, lançando o feijão de um lado a outro sobre o mato. A quantidade de feijão jogada depende da avaliação da qualidade do solo, observada a partir do estado do mato. Dona Belinha afirma que a quantidade de feijão a ser utilizada depende da área onde será semeado. Por exemplo, “no baixo tem que jogar menos porque é muito úmido, então só enrama o feijão”. A operação é repetida até serem completadas todas as trilhas. Em geral, utiliza-se em média dez pratos, ou 20 L (litros) de feijão, por linha no sistema abafado.

A próxima etapa depois das sementes serem lançadas é o broque, ou corte da vegetação, realizado sempre no dia seguinte, antes do feijão nascer, porque “quando ele nasce você não pode brocar mais porque o mato cai por cima e quebra ele”, como relatado por Geovane. Os trabalhadores brocam toda a vegetação a uma altura de cerca de 50 cm para que toda a superfície fique coberta. Depois do broque rebaixado, o mato e a madeira cortada formam uma camada com, aproximadamente, 1,0 m de altura. Com a primeira chuva, o feijão nasce e cresce sobre essa camada de vegetação até atingir a luz do sol. Nesse momento, para de crescer em altura e se fortalece, criando as ramas que se espalharão sobre a vegetação.

O mato que, geralmente, brota dos tocos nos cultivos realizados em sistema convencional, não compete com o feijão abafado porque, após o broque, a camada de troncos cortados e folhas impede o desenvolvimento de outra vegetação. Depois de algumas chuvas, essa vegetação brotará, mas o feijão já terá enramado e se desenvolvido o suficiente para competir com vantagem sobre o mato que está crescendo. Conforme o prazo previsto para cada variedade, a colheita ocorre de uma só vez, quando em torno de 80% das vagens estão secas.

Foto: Ronaldo Carneiro



Vista geral de área de feijão abafado recém preparada na capoeira.

Foto: Ronaldo Carneiro



Feijão abafado na capoeira, com cerca de 3 semanas após o plantio.

Geovane considera a colheita do feijão abafado a parte mais difícil

[...] por conta das madeiras, dos galhos que ficam, e a gente não consegue pisar diretamente no solo, então nós vamos colhendo por cima dos garranchos. Às vezes, você está pisando num galho e ele se quebra, arranha a sua perna.




A colheita do feijão abafado deve ser feita pela manhã e não pode se dar após as 13h (horas), porque, com o dia quente, as vagens ficam quebradiças e se abrem.

O feijão abafado é, geralmente, semeado no mês de março, preferencialmente, entre os dias 10 e 15 para o feijão comum, e a partir do dia 30 para o feijão ligeiro, pois este último produz mais rápido, geralmente, em 60 dias. Uma tradição local é semear o feijão na semana caçadeira, que antecede a Semana Santa.

De acordo com Geovane, o feijão deve ser abafado durante as chuvas no mês de março. A data de plantio deve ser ajustada conforme a variedade. Se o feijão ligeiro for abafado no início de março, por exemplo, ele, provavelmente, apodrecerá em razão do excesso de chuva na época da colheita, pois não precisa de muita chuva para que se desenvolva. Em contrapartida, o feijão comum demanda maior quantidade, pois o período para produzir é maior, geralmente, de 80 a 90 dias.

As sementes são reproduzidas pela família a cada ano, ao guardar os grãos de uma parte da colheita para plantar no ano seguinte. Depois da colheita, as terras são, geralmente, queimadas antes do inverno seguinte para plantar milho, arroz ou mandioca, e, após a colheita desses cultivos, as áreas são convertidas em pastagens ou deixadas em pousio para retornar com novo plantio abafado.

O plantio e a colheita do feijão abafado são feitos por dona Belinha e por Geovane, mas o broque é realizado apenas por ele, por ser um trabalho considerado pesado, que exige maior esforço físico. Não que as mulheres não tenham condições de executar tal tarefa, mas vale lembrar que a execução de tarefas específicas está mais associada à divisão sexual do trabalho nas comunidades rurais (Andrade, 2005). Algumas vezes, Geovane troca diária com rapazes de uma comunidade vizinha, uma forma de garantir trabalho



solidário. Outras vezes, paga diárias a pessoas da comunidade, seja para o broque ou mesmo para a colheita, dependendo da produção.

O feijão abafado proporciona uma produtividade maior do que a do plantio convencional, porque nessa técnica, de acordo com Geovane,

[...] os nutrientes da terra ficam todos, porque não é uma terra queimada. Aquela folha... todo o adubo ficou ali. E pra você ter uma ideia: chove e após 90 dias aquela água tá lá debaixo da folha ainda aguentando a umidade. Então, há uma possibilidade dele se produzir. Não tem queima, só adubação orgânica mesmo.

As suas vantagens podem ser comprovadas por meio dos resultados da colheita: de 19 braças, que equivalem a menos de uma linha, já colheram 25 latas de 15 kg, ou seja, 375 kg de feijão abafado, o que resulta numa produtividade superior a 2 t (toneladas) por hectare.

1 braça = 2,25 m

1 linha = 25 braças x 25 braças = 56,25 m × 56,25 m = 3.164 m² = 0,32 ha

Geovane ressalta que “em uma linha de plantio, os rendimentos podem variar, porque depende muito do inverno, do solo, da época da sementeada ter sido acertada, da lua”. Considera-se uma produção satisfatória quando são colhidas ao menos dez latas de 15 kg em uma linha. Mas a produção é sempre maior do que aquela obtida com o sistema convencional, em solo aberto. Soma-se a isso o fato de ser uma técnica fácil de ser executada, que não exige muitos insumos. Baseado nesses longos anos de experiência, Geovane afirma que “no Maranhão é difícil encontrar um solo que não é viável a isso”.



Além disso, o feijão abafado é uma prática completamente ecológica, que não necessita de nenhum insumo nem da queima tradicionalmente usada em roças na região. Foi justamente esse aspecto que contribuiu para que os pais de Geovane a adotassem após chegarem ao povoado e repassassem ao filho, como afirma dona Belinha: “quando eu cheguei eu gostei, porque é uma coisa mais sadia, é puro. Puro, puro, puro! Não tem agrotóxicos, não tem nada. É coisa mesmo da natureza. É bom demais”.

Em comparação com outros sistemas, como os que demandam fogo e permitem retorno somente depois de 8 anos de pousio, o feijão abafado exige um tempo menor para a recuperação da terra, segundo Geovane. Assim, ele afirma que,

[...] se você quer abafar esse ano e daqui a 2 anos fazer o mesmo processo, você pode. Aquele adubo vai ficar todinho, então não precisa você esperar os 5 ou 8 anos da terra queimada. Todo mato cortado, toda a folha do feijão, a rama do feijão que seca e apodrece quando colhe o feijão, depois da chuva volta para o solo de novo, então aquilo vai se enriquecendo cada dia mais. Então, quando estiver com 2 anos, você pode fazer aquele processo novamente, e eu acredito que vai dar melhor do que a primeira vez porque ainda tem adubo.

Outro benefício apontado pela família é que, além de produzir bem, o feijão abafado oferece vantagem na lida com as pragas, em virtude de todo o feijão da área plantada sair no mesmo período, o que, segundo eles, não permite tempo para as pragas se multiplicarem e atacarem toda a quantidade de feijão produzida.







Meios de vida

A produção de feijão e milho é destinada para o consumo familiar e, por vezes, também é comercializada, assim como as frutas no pomar da família. O feijão é vendido para compradores das redondezas com facilidade, pois a produção é bem aceita no mercado. A qualidade do feijão é atribuída aos cuidados na fase da pós-colheita, pois sempre catam, isto é, retiram os grãos estragados ou de padrão ruim. Já outros produtos da roça tradicional, como o arroz e a farinha de mandioca, são destinados ao consumo próprio.

A horta da família também gera excedentes para comercialização. De acordo com dona Belinha, “só fica mais fraca no inverno, por conta das chuvas”. As palhas das palmeiras de babaçu substituem o sombrite, comumente utilizado para proteger as hortaliças da forte irradiação solar. Nessa horta, cultivam espécies como coentro, cebolinha, cuxá (vinagreira), pimenta, alface e quiabo.

Foto: Aline Nascimento



Horta implantada com apoio da Assema.

Foto: Aline Nascimento



Produção de alface em canteiros da horta familiar.

A venda dos produtos da horta ocorre em feiras e nas comunidades próximas. O objetivo de Geovane é ampliar o cultivo de hortaliças futuramente.

Algumas galinhas foram selecionadas e são criadas em galinheiro próximo à horta. Ele diz que,

[...] no verão é melhor para pinto porque no inverno morre muito, então nesse período [fim do inverno] ninguém come mais ovos. A intenção é que produza lá e quando tirar pinto traz para próximo da casa para não correr o risco de ser atacada por animais.



Foto: Aline Nascimento

Criação de galinhas integrada à horta.

Quanto à produção de frutíferas recentemente plantadas, esse era um desejo antigo de Geovane porque, quando

[...] pequeno, tinha tanta vontade de beber uma água de coco e não tinha, então coloquei isso na cabeça: rapaz, tanta área que a gente tem, porque eu não planto? O que foi me incentivando foi isso, eu não paro não. Eu fui plantando, plantei o coco, a jaca, a laranja incestada, a manga, a mexerica.

Foto: Aline Nascimento



Árvores frutíferas cultivadas pela família.

Foto: Aline Nascimento



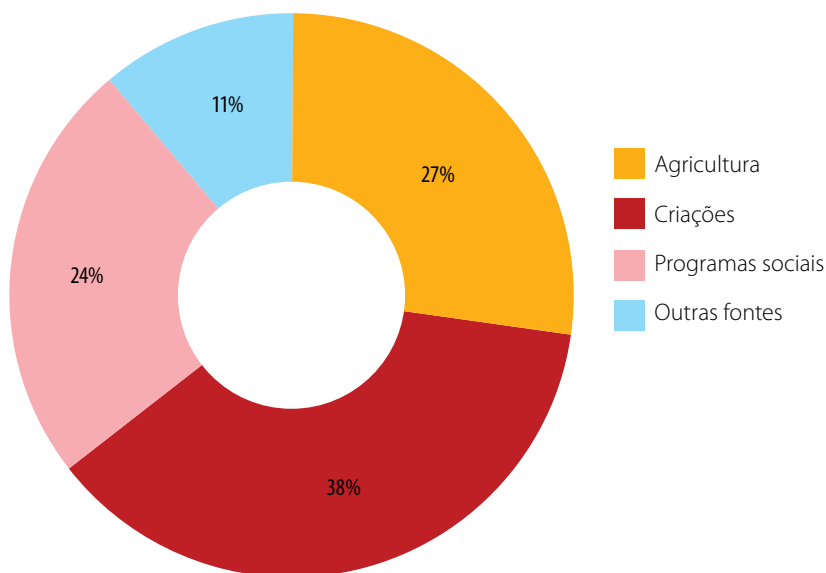
Mudas de coqueiro que serão transplantadas no pomar da família.



O gráfico a seguir apresenta as principais fontes de renda monetária informadas pela família para o ano agrícola 2016/2017, e, dentre as categorias analisadas, destacam-se a agricultura e as criações como as duas principais fontes de renda. No ano em questão, a renda monetária derivada da agricultura constituiu-se principalmente da venda de milho e feijão, com valores menores obtidos a partir da venda de banana e outras frutas.

A venda das hortaliças é um importante complemento e acontece às quintas-feiras, no povoado de Jiquiri e em Lago do Sigismundo, e, aos sábados, na sede do município vizinho de São Roberto.

Quanto à renda obtida a partir da criação animal, o principal item foi a venda de galinhas. Na época da entrevista, a criação de



Fontes de renda monetária.

Fonte: Associação em Áreas de Assentamento no Estado do Maranhão (2018).

aves correspondia a 123 bicos, sendo 43 frangos ou galinhas e 80 pintos. No ano em questão, a família também obteve recursos a partir da venda de bovinos, de um burro, de leite e ovos.

Foto: Aline Nascimento



Galinhas criadas para consumo familiar e venda.

Dona Belinha iniciou a produção de queijo observando que, embora a grande maioria das famílias tenham ao menos uma vaca e produzam seu próprio leite (o que torna difícil a venda), poucas pessoas produzem queijo, produto que, portanto, apresenta uma maior demanda.

A família pretende expandir a criação de gado bovino e aumentar a produção de queijo para vender na cidade, calculando que os gastos com transporte poderão ser compensados pelo preço. Atualmente, a família vende o leite em sua própria casa e, três vezes por semana, repassa-o para ser vendido no povoado de Potó. Nos finais de semana, quando não possuem contrato, dona Belinha faz o queijo, mas “quando as vacas tão tudo de bezerro de uma temporada só, a gente produz todo dia”.

Pensando em obter melhores resultados com a criação animal, Dona Belinha e Geovane desejam, ainda, instalar um açude e dois tanques para criação de peixes, para que estes sejam comercializados.



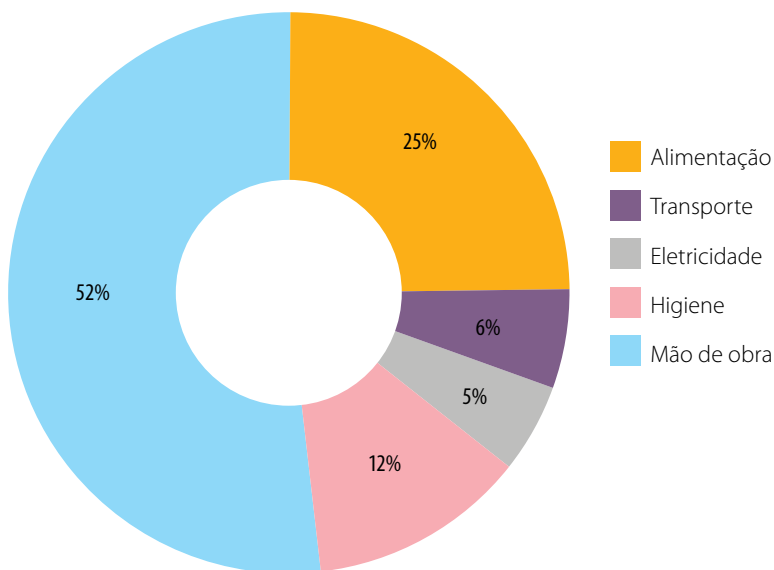
Foto: Aline Nascimento

Rebanho bovino em pastagem da família.



As outras fontes de renda monetária identificadas na entrevista para o ano em questão são os recursos do programa Bolsa Família, totalizando pouco menos de um quarto da renda anual, e o arrendamento de pastos ou de área para plantio de feijão abafado. Quando a família aluga pastos, recebe como pagamento um valor mensal por cabeça de gado que utiliza a área, que, em 2017, correspondia a R\$ 50 por cabeça. Já a taxa de arrendamento para cultivo de feijão equivale a uma lata (de 15 kg de feijão) por linha produzida.

No tocante aos gastos mensais familiares, dados informados pela família, relativos a agosto de 2017, mês anterior à realização da entrevista, demonstram que a alimentação representou, naquele mês, 25% das despesas totais, sendo que o item de maior dispêndio foram os custos com mão de obra contratada, que chegaram a mais de 50% do total das despesas.



Gastos familiares.

Fonte: Associação em Áreas de Assentamento no Estado do Maranhão (2018).

De fato, a carência da mão de obra familiar tem sido um desafio à parte para produzir, e o pagamento de diárias eventuais tem sido necessário para a execução dos serviços que exigem maior esforço físico, o que tem gerado um custo anual significativo para a família. Algumas estratégias estão sendo implementadas para reduzir esse custo, a exemplo da diminuição das áreas de plantio e a troca de diárias com colegas das comunidades vizinhas, mas ainda assim é preciso realizar contratações eventuais.



Foto: Aline Nascimento

Geovane trabalhando na horta da família..





Lições aprendidas e desafios

Dentre os fatores limitantes enfrentados pela família, encontra-se a falta de mão de obra. Por conta da idade, dona Belinha já não faz tudo o que fazia anteriormente, e a diária de trabalhadores tem um custo elevado para o orçamento da família. Em decorrência do fato de que os ganhos com os produtos vendidos não cobrem os custos da mão de obra, a estratégia tem sido investir em plantios menores para dar conta de tudo e recorrer à ajuda externa somente quando estritamente necessário.

Outro desafio é o fato de o documento de propriedade da terra ainda não ter sido atualizado. O título que possuem não coincide com o tamanho da área explorada, o que dificulta o acesso ao crédito rural. Para regularizar a documentação, é preciso arcar com custos cartoriais e de georreferenciamento, o que, até o presente momento, não foi possível.

De todo modo, a família tem buscado adequar os trabalhos com a produção de acordo com sua capacidade operacional, e, assim, bons resultados têm sido conquistados.



Ao longo dos anos, a família foi aprimorando suas práticas costumeiras e adotando novos conhecimentos. Antes usava agrotóxicos nos seus cultivos, porém, a partir da adoção do feijão abafado, perceberam modos alternativos de produzir. Essa transição para as práticas agroecológicas também está relacionada às aprendizagens que Geovane construiu com a assessoria da Assema. Além da assessoria, o contato com comunidades vizinhas, a participação em seminários e fóruns de jovens, organizados pela associação, permitiu-lhe outras formas de saber e de fazer:

Eu fui tendo uma visão do mundo diferente com a questão da qualidade da alimentação. [...] Aí a gente foi mudando e a gente foi optando por não usar [agrotóxicos]. Eu até usei, mas não pretendo mais usar até porque para a gente aplicar é um problema. A natureza já sofre com isso, e a gente, ainda pior.

Soma-se a isso o fato de os agrotóxicos serem nocivos à terra, aos animais, ao meio ambiente e às pessoas que consomem os produtos contaminados, assim como também a quem os aplica. A inserção nos debates acerca da agroecologia permitiu ao Geovane algumas transformações:

Eu me vejo uma pessoa diferente. A produção é menor, mas, por outro lado, mais rica e com qualidade de vida melhor. Antigamente a gente botava roça aqui [...], tocava fogo e o fogo saía para o mundo. Hoje não. Você coloca uma linha de roça no mato, a gente cerca todinho, e só queima ela. Isso foi uma das coisas que eu mudei. [...] O fogo passava 2 ou 3 dias queimando mesmo dentro do que era nosso. Isso já prejudicava e muito.

Assim, no momento de arrendar a terra, a família sempre alerta os arrendatários, solicitando para fazerem os aceiros antes de queimar.



A família Pereira Gomes e dona Belinha.

Geovane também aprendeu acerca da importância das ações coletivas e solidárias e adota a troca de diárias com companheiros de comunidades vizinhas:

Nós trabalhamos no associativismo. Era uma das coisas que eu não fazia. Eu fazia o meu. Agora eu fui dar curso de associativismo em três comunidades porque percebemos que a comunidade precisava trabalhar essa questão dentro da associação.

Essa possibilidade de repensar as próprias práticas e intercambiar saberes é de significativa relevância, pois,

[...] assim, a gente vai pegando experiência [...]. E a gente vai adquirindo conhecimento. O que eu acho bom não é eu adquirindo conhecimento e ficar com aquilo para mim só. Eu tenho que repassar aquilo que foi batido lá no dia de uma reunião, por exemplo, no grupo de jovens, na assembleia.



Foto: Aline Nascimento

Geovane e sua filha Thamylle.

O engajamento de Geovane contribuiu para a diversificação de atividades da família, pois antes considerava que “plantar era só plantar milho, arroz e feijão e pronto. Eu não me interessava por frutíferas. Participando desse movimento, foi assim que mudei”. O exemplo dessa mudança de comportamento é visível na implantação do pomar com frutíferas consorciadas. Essas mudanças de hábitos geraram espanto por parte dos vizinhos e ainda causam estranheza. De acordo com ele, “até tem pessoas que não entendem, que me chamam de louco, porque eu planto”. Porém, o pomar vai além do simples ato de plantar árvores:

Hoje, para mim, plantar é tudo. Eu acredito que quem planta, bom ou ruim, futuramente vai colher, bom ou ruim, dependendo do que plantou. Outra coisa é que eu não posso plantar pensando só em mim: tenho que pensar nos filhos, porque não vai servir só para mim.







Referências

ANDRADE, M. Mutirões, empates e greves: divisão sexual do trabalho guerreiro entre famílias de quebradeiras de coco babaçu, no Brasil. **Revue Lusotopie**, v. 12, n. 1-2, p. 175-189, 2005.

ASSOCIAÇÃO EM ÁREAS DE ASSENTAMENTO NO ESTADO DO MARANHÃO. **Diagnóstico socioeconômico da agricultura familiar no Médio Mearim**: agosto-novembro 2017. [Pedreiras, MA: Assema], 2018. Relatório não publicado.

THOMPSON, E. P. **Costumes em comum**: estudos sobre a cultura popular tradicional. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.







Coleção Mestres do Agroextrativismo no Mearim

Reflorestamento, sistemas agroflorestais e cultivos perenes diversificados para restauração de áreas degradadas e conservação da biodiversidade

- Volume 1 O novo reforço na produção agroflorestal de Domingos Mariano e Ivanilde
Quilombo São Bento do Juvenal, Peritoró, MA
- Volume 2 A produção da família Alves de Sousa aliada à recuperação do solo
Centro do Bertolino, Lago do Junco, MA
- Volume 3 A roça agroecológica da família de dona Sibá e seu João Valdeci
Centrinho do Acrísio, Lago do Junco, MA
- Volume 4 As vivências da família Sousa Lopes na construção da diversidade
Pau Ferrado dos Procópio, Lago do Junco, MA
- Volume 5 A preservação da biodiversidade pela família Santos
Povoado de Mangueira, Lima Campos, MA



Cultivos anuais intensificados sustentáveis que demandam menos mão de obra e/ou menos área

- Volume 6 A tradição da família de dona Belinha no cultivo do feijão abafado
Povoado do Lago do Sigismundo, Esperantinópolis, MA
- Volume 7 A recuperação da roça por meio de capoeiras de sabiá da família Soares
Povoado de São Manoel, Lago do Junco, MA
- Volume 8 As vivências da família Martins na produção agroecológica
Povoado Nova Olinda, Lima Campos, MA

Cultivos anuais tradicionais com menor impacto ambiental

- Volume 9 As boas práticas da família Pereira Santana
Sítio Novo, Lago do Junco, MA
- Volume 10 Alcimar e Maria de Fátima e a tradicional prática da roça no toco
Vila Nova, São Luís Gonzaga do Maranhão, MA
- Volume 11 As boas práticas de produção sustentável da família Araújo
Povoado Palmeiral, Esperantinópolis, MA

Cultivos comerciais sustentáveis de hortaliças

- Volume 12 As boas práticas na produção agroecológica da família Furtado
Centro da Zozima, São Luís Gonzaga do Maranhão, MA

Volume 13 O exemplo da família de Josilene e Mizael no cultivo da horta

Povoado de Três Poços, Lago dos Rodrigues, MA

Volume 14 As inovações de Rosa e Tião para uma boa produção em pequenas áreas

Centro dos Passarinhos, Lago dos Rodrigues, MA

Pecuária em pastagens produtivas integradas em babaçuais

Volume 15 As boas práticas dos Sousa na criação bovina em babaçuais

Povoado de São Manoel, Lago do Junco, MA

Volume 16 A integração de cultivos, criações e extrativismo pela família Cordeiro

São José dos Mouras, Lima Campos, MA

Volume 17 A experiência da família Meneses no manejo do babaçu em pastagens

Serra do Aristóteles, Poção de Pedras, MA

Inovações na criação de pequenos animais

Volume 18 A diversidade da criação animal da família Monteiro

Povoado Canafístula, Esperantinópolis, MA

Volume 19 A integração das atividades produtivas da família Sousa

Povoado Baixinha, São Luís Gonzaga do Maranhão, MA

Volume 20 Sebastião e Maria de Fátima: produção aliada à conservação

Povoado Jenipapo, Esperantinópolis, MA



Volume 21 A vivência dos Freitas no manejo da roça e na criação de aves

Povoado de Alto Alegre, Lago da Pedra, MA

Processamento local de frutas, mandioca e leite

Volume 22 A diversificação da produção de dona Lila e seu Toinho

Comunidade Centro dos Cocos, São Luís Gonzaga do Maranhão, MA

Volume 23 Dona Beta e seu Matias pela preservação da vida e do solo

Estrada da Vitória, Poção de Pedras, MA

Volume 24 As boas práticas de produção e processamento da família de Lúcia e Chico Fartura

Povoado Serrinha, Igarapé Grande, MA

Volume 25 A qualidade da produção tradicional de queijo por Francisca e José Meneses

Serra do Aristóteles, Poção de Pedras, MA

Processamento do babaçu para produção de azeite, carvão, mesocarpo e confecção de artesanato

Volume 26 Os saberes da família Rego da Silva e o artesanato com babaçu

Centro do Coroatá, Esperantinópolis, MA

Volume 27 As boas práticas de dona Alódia na produção do sabonete de babaçu da Associação de Mulheres Trabalhadoras Rurais

Comunidade Ludovico, Lago do Junco, MA

Volume 28 A tradição do coco-babaçu na família de Francilene e Antônio Adão

Povoado São João da Mata, Lago dos Rodrigues, MA

Volume 29 A produção artesanal de azeite de babaçu da família Santos

Serra Quebrada, Poção de Pedras, MA

Volume 30 Francisca e Miguel e a beleza na produção do pacará

Centrinho da Aparecida, Lago do Junco, MA







O projeto Bem Diverso visa contribuir para a conservação da biodiversidade brasileira em paisagens de múltiplos usos, por meio do manejo sustentável de espécies e de sistemas agroflorestais (SAFs), de forma a assegurar os modos de vida das comunidades tradicionais e dos agricultores familiares, gerando renda e melhorando a qualidade de vida.

Fruto da parceria entre a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa) e o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (Pnud), o projeto é executado com o apoio de organizações do governo e da sociedade civil com recursos do Fundo Global para o Meio Ambiente (GEF). As atividades tiveram início em 2016 e vão até 2020. Os principais eixos são a promoção do desenvolvimento sustentável de seis Territórios da Cidadania (TCs), por meio do uso da biodiversidade e de sistemas agroflorestais, e a geração de subsídios para aperfeiçoar as políticas públicas sobre uso sustentável e conservação da biodiversidade.

O Bem Diverso atua nos biomas Cerrado, Caatinga e Amazônia, reconhecidos pela importância socioambiental, mas ameaçados pelo desmatamento e aumento de práticas agrícolas insustentáveis. Nesses biomas, o projeto trabalha diretamente em seis TCs: TC Alto Rio Pardo (MG) e TC Médio Mearim (MA) no bioma Cerrado;

TC Sobral (CE) e TC Sertão de São Francisco (BA) no bioma Caatinga; e TC Alto Acre e Capixaba (AC) e TC Marajó (PA) no bioma Amazônia.

Os TCs são caracterizados por elevada biodiversidade; pela presença de espécies de plantas de importância econômica, manejadas por comunidades locais; pelo potencial para melhoria da qualidade dos produtos da biodiversidade, desde a coleta, passando pelo processamento até o consumo; e pela possibilidade para desenvolver ações com SAFs.

Contato

Parque Estação Biológica (PqEB), s/nº

70770-901 Brasília, DF

Fone: (61) 3448-4912

E-mail: contato@bemdiverso.org.br

www.bemdiverso.org.br





A Associação em Áreas de Assentamento no Estado do Maranhão (Assema) é uma organização privada sem fins lucrativos de caráter regional, criada e liderada por agricultores(as) familiares e extrativistas do coco-babaçu. Fundada em 1989, a Assema tem sede na cidade de Pedreiras, localizada na parte central do estado do Maranhão, e tem por missão promover a melhoria da qualidade de vida das famílias agroextrativistas. Instituição parceira do projeto Bem Diverso no Território da Cidadania do Médio Mearim, no Maranhão, a Assema promove a produção familiar, utilizando e preservando os babaçuais.

Os objetivos estratégicos da Assema incluem combater as desigualdades de gênero e geração; contribuir para a produção de alimentos seguros e diversificados destinados ao autoconsumo e mercados; gerar renda por meio da organização dos processos comerciais cooperativistas e associativos no mercado justo e solidário; apoiar ações de educação contextualizada em escolas públicas rurais e de alternância; e empoderar os sujeitos para a intervenção nos espaços de tomada de decisão em políticas públicas destinadas à agricultura familiar.

A Assema é uma entidade plural que incorpora segmentos e ações diferenciadas, o que tem possibilitado amadurecimento na

forma de gestão participativa em que a orientação de suas ações parte das organizações de base. Para atender a essa dinâmica, conta-se com uma estrutura organizacional composta por áreas de Governança e Gestão Programática, Mobilização e Visibilidade.

Contato

Rua da Prainha 551

Bairro São Benedito

65725-000 Pedreiras, MA

Fones: (99) 3642-2061 / (99) 3624-2152 / (99) 3634-1463

www.assema.org.br





Impressão e acabamento





Apoio

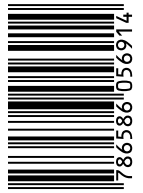


MINISTÉRIO DA
AGRICULTURA, PECUÁRIA
E ABASTECIMENTO



PÁTRIA AMADA
BRASIL
GOVERNO FEDERAL

ISSN 978-65-86056-91-4



9 786586 056914

CGPE 15711